

RESOLUÇÃO Nº 038/2015

Regulamenta a aceleração de estudos prevista no art. 71 do Regimento Geral da Universidade Federal do Amazonas e dá outras providências.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS E PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, no exercício das atribuições Estatutárias e Regimentais,

CONSIDERANDO o teor do Processo nº 275/2014 - CONSEPE;

CONSIDERANDO o disposto no art. 47, §2º, da Lei 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), que assevera: "...os alunos que tenham extraordinário aproveitamento de estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por Banca Examinadora Especial, poderão ter abreviada a duração de seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino";

CONSIDERANDO que o Parecer CNE/CES nº60/2007 atribui às Instituições de Ensino Superior a prerrogativa de normatizar o art. 47, §2º, da LDB, haja vista a autonomia universitária prevista no art. 207 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de a UFAM regulamentar o art. 71 do Regimento Geral, o qual prevê a aceleração de estudos, nos moldes previstos na LDB,

RESOLVE:

- Art. 1º Aprovar o Regulamento que disciplina a aceleração de estudos, no âmbito da Universidade Federal do Amazonas UFAM, nos termos do Anexo I desta Resolução.
- Art. 2º Esta Resolução e o Anexo I entram em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

PLENÁRIO DOS CONSELHOS SUPERIORES DA UFAM "ABRAHAM MOYSÉS COHEN", em Manaus, 3 de dezembro de 2015.

Márcia Perales Mendes Silva Presidente



ANEXO I

REGULAMENTO DO PROCESSO DE ACELERAÇÃO DE ESTUDOS NA UFAM

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 1º O estudante regularmente matriculado na Universidade Federal do Amazonas poderá abreviar a duração do curso presencial, via aceleração dos estudos, observadas as disposições deste Regulamento.
- Art. 2º A aceleração de estudos poderá ser autorizada para todos os componentes curriculares previstos no projeto pedagógico de cada Curso de Graduação.

Parágrafo Único - Mediante justificativa, o Colegiado de Curso definirá componentes que não poderão ser submetidos à aceleração.

Art. 3º - Para fazer jus a aceleração, o aluno deverá comprovar extraordinário aproveitamento de estudos, aferido via exames específicos prestados perante Banca Examinadora Especial.

Parágrafo Único – Para os fins deste Regulamento, "extraordinário aproveitamento de estudos" será reconhecido quando o aluno demonstrar que assimilou validamente o aprendizado e adquiriu as competências/habilidades exigidas no Projeto Pedagógico do curso que pretende abreviar.

CAPÍTULO II DO PROCESSO

Art. 4º - O aluno interessado na aceleração de estudos deverá requerer a instalação do processo via pedido circunstanciado, protocolado na Coordenação do respectivo Curso de Graduação.

Parágrafo Único – Por se tratar de processo sumaríssimo, o aluno deverá anexar ao requerimento todos os documentos necessários à instrução, quais sejam:



- I Histórico Escolar Analítico, atualizado;
- II Cópia do RG e do CPF;
- III Justificativa da solicitação para a aceleração;



- IV Procuração específica se estiver representado por terceiros.
- Art. 5º O aluno que requerer a aceleração não poderá estar em processo de jubilamento.
- Art. 6° Após o exame liminar do pedido e estando preenchidos os requisitos exigidos, a Coordenação de Curso de Graduação instaurará o processo e providenciará a formação da Banca Examinadora Especial.
- Art. 7º O Coordenador do Curso divulgará, com antecedência mínima de 7 (sete) dias, a data, o local, o horário, a duração e os critérios de avaliação.

CAPÍTULO III DA BANCA EXAMINADORA ESPECIAL

Art. 8° - A Banca Examinadora Especial será composta por 3 (três) professores indicados pelo Coordenador de Curso e nomeados pelo Diretor da Unidade à qual o Curso está vinculado.

Parágrafo Único – Os professores indicados deverão ter afinidade com a disciplina alvo da aceleração.

- Art. 9° Caberá à Banca Examinadora Especial:
- I Definir as características, a duração da prova e o seu cronograma;
- II- Definir os critérios de avaliação de desempenho do aluno;
- III Elaborar, aplicar e corrigir a prova;
- IV Lavrar a Ata da realização da prova;
- V Encaminhar os autos do processo para a Coordenação de Curso de Graduação.

Parágrafo Único - Quando da realização de prova prática, a Banca Examinadora Especial deverá filmá-la devendo o registro fazer parte dos autos.

- Art. 10 Na Ata da realização da prova deverão constar as informações seguintes:
- I Data, hora e local onde foi realizada a prova;
- II Nome completo dos membros da Banca Examinadora Especial;
- III Nome completo e número de matrícula do aluno;
- IV Disciplina objeto da prova;
- V Procedimentos adotados durante a realização da prova;
- VI Intercorrências durante a prova, quando houver;
- IX Horário de encerramento da prova;



X – Assinatura dos membros da Banca Examinadora Especial e do aluno.

CAPÍTULO IV DA AVALIAÇÃO E CORREÇÃO

- Art. 11 A avaliação abrangerá todo o conteúdo programático da disciplina alvo da aceleração.
- Art. 12 A nota final do aluno será obtida da forma seguinte:
- I Cada membro da Banca Examinadora Especial atribuirá uma nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) para o avaliado;
- II A nota final corresponderá à média aritmética das notas atribuídas por cada membro da Banca Examinadora Especial.
- §1º Comprovará extraordinário desempenho o aluno que alcançar, no mínimo, a nota final 9 (nove).
- §2º O aluno que não atingir a nota mínima, não poderá candidatar-se a nova avaliação para fins de aceleração de estudos da mesma disciplina.
- §3º O aluno reprovado poderá pedir reconsideração do resultado da avaliação à Banca Examinadora Especial, no prazo de até 48 horas a partir de sua publicação.
 - Art. 13 O não comparecimento do aluno à avaliação equivalerá à desistência do pedido.
 - Art. 14 Encerrado o processo de avaliação, serão adotadas as seguintes providências:
- I Em caso de aprovação, o Coordenador do Curso enviará à PROEG a Ata final, onde está consignada a nota atribuída pela Banca Examinadora Especial;
 - II Em caso de reprovação, o processo será arquivado na Coordenação de Curso;

Parágrafo Único – O aluno que obtiver êxito na aceleração de estudos, terá consignado no Histórico Escolar a expressão "Extraordinário Aproveitamento", bem como a nota final obtida na avaliação.

CAPÍTULO V DOS RECURSOS

6

Art. 15 - O aluno poderá interpor recurso contra:



- I decisão do Coordenador de Curso de Graduação que denegar pedido de aceleração de estudo;
 - II composição da Banca Examinadora Especial;
 - III Resultado final.

Parágrafo Único - Os recursos serão apresentados inicialmente à Câmara de Ensino de Graduação.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 - O processo de aceleração de estudo deverá ser encerrado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo Único - Em caso de recurso não se aplica o caput do artigo.

- Art. 17 Os casos omissos serão dirimidos pela Câmara de Ensino de Graduação, observada a legislação vigente.
- Art. 18 Este Regulamento é parte indissociável da Resolução e entrará em vigor na data de publicação daquela, revogadas as disposições em contrário.